

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **37.800.856/0001-51**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o **semestre e exercício** findo em **31 de dezembro de 2022**, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis.

2. Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia 30 de março de 2023 no sítio eletrônico / link: <https://harmoniaasset.com/harmonia-dtvm-s-a/>

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

Atenciosamente,

RODRIGO C. MENNOCCHI

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP110330/O-6

HARMONIA DTVM S.A

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O **lucro** do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de **R\$ 112 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2022, os limites operacionais **da Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Harmonia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem a carta de apresentação e o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange a Carta de apresentação e o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 37.800.856/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ Mil

A T I V O	NE	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		865	691
DISPONIBILIDADES	3.2	59	45
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		301	465
Títulos e valores mobiliários	4	301	465
OUTROS ATIVOS		505	181
Outros créditos - Diversos	5.1	505	60
Rendas a receber	5.2	-	121
NÃO CIRCULANTE		268	288
IMOBILIZADO DE USO	6.1	264	283
Outras imobilizações de uso		341	322
(Depreciações acumuladas)		(77)	(39)
INTANGÍVEL	6.2	4	5
Ativos Intangíveis		7	7
(Amortização acumulada)		(3)	(2)
TOTAL DO ATIVO		1.133	979

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 37.800.856/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ Mil

PASSIVO	NE	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		106	64
OUTROS PASSIVOS		106	64
Fiscais e previdenciárias	7.1	44	35
Diversas	7.2	62	29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.027	915
Capital:	10.1	1.150	1.150
De Domiciliados no país		1.150	1.150
(Prejuízos acumulados)		(123)	(235)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.133	979

RODRIGO COSTA MENNOCCHI
Diretor**REINALDO DANTAS**
Contador CRC 1SP 110330/O-6*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ Mil

	NE	2º-SEM-22	2022	2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		27	52	514
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		27	52	514
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		27	52	514
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(43)	92	(451)
Receitas de prestação de serviços	11	678	1.343	718
Despesas de pessoal		(394)	(670)	(288)
Outras despesas administrativas	12	(252)	(429)	(691)
Despesas tributárias		(65)	(130)	(184)
Outras receitas operacionais		1	2	1
Outras despesas operacionais		(11)	(24)	(7)
RESULTADO OPERACIONAL		(16)	144	63
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(16)	144	63
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	1	(32)	(13)
Provisão para imposto de renda		-	(16)	(6)
Provisão para contribuição Social		1	(16)	(7)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(15)	112	50
Nº de ações		1.150.000	1.150.000	1.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		(0,01)	0,10	0,050

RODRIGO COSTA MENNOCCHI
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ Mil

	2º-SEM-22	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(15)	112	50
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(15)	112	50

RODRIGO COSTA MENNOCCHI
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ Mil

Exercício de 01/01/21 a 31/12/21			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/21	1.000	(285)	715
Aumento de capital	150	-	150
Prejuízo do exercício	-	50	50
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/21	1.150	(235)	915
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	150	50	200

Exercício de 01/01/22 a 31/12/22			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	1.150	(235)	915
Lucro líquido do exercício	-	112	112
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	1.150	(123)	1.027
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	112	112

Semestre de 01/07/22 a 31/12/22			
	CAPITAL REALIZADO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/22	1.150	(108)	1.042
Prejuízo do semestre	-	(15)	(15)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/22	1.150	(123)	1.027
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	(15)	(15)

RODRIGO COSTA MENNOCCHI Diretor	REINALDO DANTAS Contador CRC 1SP 110330/O-6
---	---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HARMONIA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ: 37.800.856/0001-51

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ Mil

	2º-SEM-22	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	(15)	112	50
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	19	38	37
Provisão de impostos no resultado	(1)	32	13
Efeito de não caixa de devolução de imobilizado	-	-	49
	<u>3</u>	<u>182</u>	<u>149</u>
Varição de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	10	(149)	(61)
(Aumento) redução de outros ativos	159	164	146
Aumento (redução) em outros passivos	(113)	(301)	(93)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6)	42	(89)
	<u>(30)</u>	<u>(54)</u>	<u>(25)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13	33	88
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso	(19)	(19)	(193)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19)	(19)	(193)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	-	-	150
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-	150
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6)	14	45
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	64	45	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	58	59	45

RODRIGO COSTA MENNOCCHI
DiretorREINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6*As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.*

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. Contexto operacional

A Harmonia DTVM Ltda. (“Distribuidora”), localizada à Rua Ramos Batista nº 198, 3º andar, Vila Olímpia, CEP 04552-020, São Paulo – SP, foi constituída por tempo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 21 de julho de 2020, e tem como objeto social a prática de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regularmente expedidas pelas autoridades competentes.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas no Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif) e normatizações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), apresentadas em conformidade com a Resolução BACEN nº 2/2020 e Resolução BACEN nº 4.818/2020.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central por meio da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, quando aplicável, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) – Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 – Evento subsequente – homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11;

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Circular CMN nº 3.959/19;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN 4.924/2021.

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo Bacen, e se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

- Resolução CMN nº 4.966/2021 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de elaborar e manter a disposição um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma, até 31 de dezembro de 2022.
- Resolução CMN nº 4.975/2021 - com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, aprova a adoção do CPC 06 (R2) que dispõe sobre o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituição financeira, seja na condição de arrendadora, quanto na de arrendatária.
- Resolução BCB nº 239 com início de vigência em 01 de julho de 2023, altera a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD).
- Resolução BCB nº 240 com início de vigência em 01 de julho de 2023, altera a Resolução BCB nº 229, de 12 de maio de 2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022.
- Resolução BCB nº 255 com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif.
- Resolução BCB nº 318 com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução BCB nº 239 com início de vigência em 01 de julho de 2025, altera a Circular nº 3.809, de 25 de agosto de 2016, que estabelece os procedimentos para o reconhecimento de instrumentos mitigadores no cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD).

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 30 de março de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3. Principais práticas contábeis

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I. Títulos para negociação;
- II. Títulos disponíveis para venda;
- III. Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação;
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidos no resultado do período.

Os títulos classificados como “títulos para negociação”, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/01.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados “*pro rata*” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- **Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- **Passivos contingentes**

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

- **Provisões**

São reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações contábeis, independente da probabilidade de perda.

3.6. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Lucro Real

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.183/2021, é calculada à alíquota de:

- a) 15% do período de 01/01/2021 até 30/06/2021
- b) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021
- c) 15% do período de 01/01/2022 até 31/07/2022
- d) 16% a partir de 01/08/2022 (MPV 1.115/22).

3.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 e exercício findo em dezembro de 2021, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.8. Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

3.9. Resultados recorrentes e não recorrentes

As políticas internas da Distribuidora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Distribuidora. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido no exercício de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 112 (R\$ 50 em 31 de dezembro de 2021) foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Instrumentos financeiros

4.1 Títulos e valores mobiliários

Papel	Categoria	31/12/2022			Valor de mercado	Valor de curva
		Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Carteira Própria						
Cotas de Fundos de Investimento (*)	Títulos para negociação	301	-	-	301	301
Total		301	-	-	301	301

Papel	Categoria	31/12/2021			Valor de mercado	Valor de curva
		Sem vencimento	Até 1 ano	Acima de 1 ano		
Carteira Própria						
Cotas de Fundos de Investimento (*)	Títulos para negociação	465	-	-	465	465
Total		465	-	-	465	465

(*) ITAÚ INDEX SIMPLES SELIC RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO; CNPJ: 36.347.721/0001-10.

5. Outros ativos

5.1. Outros créditos - Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos e antecipações salariais	3	-
Impostos e contribuição a compensar	36	12
Valores a receber de sociedades ligadas (ver Nota Explicativa nº 8)	466	48
Total	505	60

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

5.2. Rendas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados a receber de taxa de administração	-	112
Serviço de custódia	-	9
Total	-	121

Em 17/06/2022 houve alteração do regulamento do Fundo onde as taxas de administração e escrituração passaram a ser pagas no último dia útil do mês a que se referem.

6. Imobilizado de uso e intangível

6.1. Imobilizado de uso

	31/12/2022			
	Taxa de depreciação – %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Instalações	10	45	(9)	36
Móveis e equipamentos de uso	10	171	(32)	139
Processamento de dados	20	61	(25)	36
Equipamentos de comunicação	10	3	-	3
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10	61	(11)	50
Total		341	(77)	264

	31/12/2021			
	Taxa de depreciação – %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Instalações	10	45	(5)	40
Móveis e equipamentos de uso	10	152	(16)	136
Processamento de dados	20	61	(13)	48
Equipamentos de comunicação	10	3	-	3
Benfeitoria em imóveis de terceiros	10	61	(5)	56
Total		322	(39)	283

Movimentação do imobilizado:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Instalações	40	-	-	(4)	36
Móveis e equipamentos de uso	136	19	-	(16)	139
Processamento de dados	48	-	-	(12)	36
Equipamentos de comunicação	3	-	-	-	3
Benfeitoria em imóveis de terceiros	56	-	-	(6)	50
Total	283	19	-	(38)	264

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

6.2. Intangível

	31/12/2022			
	Taxa de amortização – %	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido
Softwares	20	7	(3)	4
Total		7	(3)	4

	31/12/2021			
	Taxa de amortização – %	Custo	Amortização Acumulada	Valor líquido
Softwares	20	7	(2)	5
Total		7	(2)	5

Movimentação do intangível:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Software	5	-	-	-	5
Total	5	-	-	-	5

7. Outros passivos

7.1. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos sobre serviços de terceiros	3	2
Impostos sobre salário	32	24
Outros	9	9
Total	44	35

7.2 Diversas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa de pessoal	52	19
Outras despesas administrativas	10	10
Total	62	29

8. Partes relacionadas

A Distribuidora tem saldo a receber de sociedades ligadas conforme nota explicativa nº 5.1 e tabela abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
RMC Holding S.A.	13	13
RMC Participações S.A.	18	18
Harmonia Asset Management S.A. (*)	435	17
Total	466	48

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

(*) O aumento de R\$ 418 se deu em virtude do aumento de rateio de despesas com a Harmonia Asset Management S.A.

a) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve remuneração ao pessoal chave da administração no montante de R\$ 88 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2021), considerados benefícios de curto prazo.

9. Ativos e passivos contingentes

9.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes.

A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

9.2. Passivos contingentes

Os processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havia processos com perda de risco provável e possível, de acordo com os assessores jurídicos.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social de R\$ 1.150 (R\$ 1.150 em 31 de dezembro de 2021), estava representado por 1.150.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 1.149.999 ações ordinárias e 1 ação preferencial (1.150.000 de ações nominativas em 31 de dezembro de 2021, sendo 1.149.999 ações ordinárias e 1 ação preferencial), subscritas e totalmente integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 12 de março de 2021 os acionistas deliberam o aumento de capital social de R\$ 1.000 para R\$ 1.150, no montante de R\$ 150 com a emissão de 150.000 novas ações ordinárias. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de março de 2021.

10.2. Reservas

Essa rubrica é composta pelos saldos das reservas “Legal” e “Capital”. Com o objetivo de garantir a integridade do capital social e do lucro líquido apurado, são destinados 5% para constituição da “Reserva legal”, que não excederá 20% do capital social. O lucro remanescente, após constituição da “Reserva legal”, é destinado à constituição da “Reservas especiais de lucros”, permanecendo nessa condição até que os cotistas deliberem por sua destinação.

A destinação de reservas é realizada no encerramento do exercício social, porém o lucro do exercício foi absorvido com saldo de prejuízos anteriores.

10.3. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

Não foram distribuídos dividendos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 devido a empresa ter apresentado prejuízo acumulado no exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

11. Receita de prestação de serviço

	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adm. De Fundos	448	889	652
Rendas de serviço de custódia	51	99	66
Rendas de outros serviços (Comissões)	179	355	-
Total	678	1.343	718

12. Outras despesas administrativas

	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis	(61)	(108)	(97)
Comunicações	(8)	(15)	(25)
Serviços técnicos especializados	(65)	(107)	(207)
Manutenção e conservação	(1)	(3)	(15)
Processamento de dados	(56)	(91)	(148)
Publicações	-	(1)	(17)
Seguros	(10)	(18)	(33)
Condomínio	(41)	(78)	(73)
Diversas	(10)	(8)	(76)
Total	(252)	(429)	(691)

13. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	144	63
Adições (exclusões) de despesas não dedutíveis ou receitas não tributáveis	11	-
Base de cálculo	155	63
(-) Compensação de prejuízo fiscal 30%	(47)	(19)
Total	108	44
Imposto de renda – 15%	(17)	(6)
Deduções de incentivos fiscais IRPJ – P.A.T	1	-
Contribuição social – 15%	(16)	(7)
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	(32)	(13)

Em 31 de dezembro de 2022, a Distribuidora tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 218 (R\$ 265 em 31 de dezembro de 2021), não reconhecidos em suas demonstrações contábeis, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução nº 4.842 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução nº 15 do BACEN não terem sido atendidos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

14. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos na Distribuidora conta com quatro frentes de atuação: gestão de risco de mercado, operacional, liquidez e crédito. A gestão de risco é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado

A Gestão de riscos de mercado implica no monitoramento e a revisão das taxas de juros relacionada às atividades de transferência de valores, por aprovar contrapartes, designar taxas de risco internas e estabelecer limites de remessas. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.

b) Risco operacional

A natureza dos negócios da Distribuidora é caracterizada por um pequeno número de operações diárias e depende de seus sistemas de processamento de dados e de tecnologias operacionais. A Gestão de risco operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas. A Distribuidora revisa periodicamente os controles internos e procedimentos, adequando quando necessário de modo a minimizar possibilidades de erros ou falhas nos processos internos.

c) Risco de liquidez

É gerenciado de forma a manter a capacidade de liquidação das obrigações por pagamentos e retenção de ativos de alta qualidade e liquidez contra situações de crise e, portanto, estabelecer uma estrutura sólida tanto financeira quanto operacional. A Distribuidora administra o risco de liquidez utilizando vários métodos tais como: testes de stress, descasamento de vencimentos e limite mínimo de disponibilidades.

d) Risco de crédito

Entende-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Distribuidora está preparada para identificar, mensurar, controlar e definir ações para mitigação dos riscos associados aos créditos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos.

e) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A Distribuidora possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às suas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

15. Acordo de Basileia (limite operacional) – Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (“PR”) compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.193/13, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência (PR), e entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais.

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 05 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2022 foi de 15,45% (10,88% em 31 de dezembro de 2021).

16. Responsabilidades e compromissos

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

17. Outros assuntos

Plano de implementação 4.966

A DTVM, no momento, não se enquadra para a evidenciação e prestação de informações sobre investimentos financeiros ou de crédito, visto que não possui características necessárias para:

I – Gerenciamento e monitoramentos do risco de crédito da carteira de investimentos;

II – Não possui ativos, aplicações ou produtos conforme definidos na Resolução nº 4.966/2021;

III – No momento não faz necessário investimentos em tecnologia ou contratação de pessoal para análise de risco de crédito;

IV – Não há necessidade de alterações de processos operacionais;

V – Não foram identificados outros impactos que a Resolução nº 4.966/2021 possa trazer a carteira de investimentos da DTVM.

Por tanto, Diante do exposto, a administração concluiu que não haverá impactos relevantes na Harmonia DTVM com relação à implementação da Resolução nº 4.966/2021.

Covid-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença que estariam ocorrendo devido a um novo coronavírus (Covid-19). Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras. Nesse momento, a Administração da Distribuidora não pode mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do coronavírus (Covid-19).

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
E SEMESTRE ENCERRADO EM 2022**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

18. Eventos subsequentes

Em 13 de fevereiro de 2023, em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, a Diretoria decidiu por unanimidade alterar o nome empresarial da Companhia para Green Alternative Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Essa mudança na razão social passará por aprovação do BACEN.

Em 1 de fevereiro de 2023, em reunião da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas decidiram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia em R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) com a emissão de 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias.

* * *

Rodrigo Costa Mennocchi
Diretor Responsável

Reinaldo Dantas
Contador CRC - 1SP 110330/O-6